

## **A Importância Da Formação Continuada Para Os Professores Dos Anos Iniciais**

***Elisângela Castro Silva***

***Maria Lucinete Da Costa Lima***

***Norma Célia Moreira Da Gama***

### **Resumo:**

O presente artigo aborda a necessidade da formação continuada de professores nos anos iniciais, considerando-se ser este um importante fator para o sucesso do quadro educacional em nosso país. A importância desse estudo consiste no fato do mesmo proporcionar ao professor uma reflexão sobre sua prática docente, verificando como tem se preparado profissionalmente e conduzido o processo ensino-aprendizagem. Portanto, busca-se com este estudo reforçar a necessidade dos professores, em especial dos anos iniciais, disporem de formação contínua, que os auxiliem no desenvolvimento de sua prática pedagógica. Conclui-se então que a formação continuada permite ao educador adquirir conhecimentos que são peculiares à sua carreira, transformando-o em profissionais com melhor capacitação e conseqüentemente melhor preparado para o mercado de trabalho, estando apto a atender as diversas exigências que a sociedade tem imposto, lembrando que tais exigências são mutáveis, uma vez que, modifica no decorrer dos tempos, exigindo do educador constante atualização.

**Palavras-Chave:** Ensino Fundamental. Anos iniciais. Leitura. Linguagem.



Recebido em: Setembro 2024; Aceito em: Fev. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.583

*Aproximações e Convergências: pautas científicas multitemáticas*

Abril, 2025, v. 3, n. 25

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



## The Importance Of Continuous Training For Teachers In The Early Years

### **Abstract:**

This article discusses the necessity of continuous training for teachers in the early years, acknowledging it as a critical factor for the success of the educational framework in our country. The significance of this study lies in its ability to prompt teachers to reflect on their teaching practices, examining how they have prepared professionally and managed the teaching-learning process. Therefore, this study aims to emphasize the need for teachers, especially those in the early years, to engage in ongoing training that supports the development of their pedagogical practices. It concludes that continuous training enables educators to acquire knowledge specific to their careers, transforming them into professionals with enhanced skills, thereby better preparing them for the job market and equipping them to meet the diverse demands imposed by society. It is important to note that these demands are subject to change over time, necessitating constant updates in educators' knowledge and practices.

**Keywords:** Elementary Education. Early Years. Reading. Language.

## La Importancia De La Formación Continuada Para Los Docentes De Los Primeros Años

### **Resumen:**

El presente artículo aborda la necesidad de la formación continua de los docentes en los primeros años, considerando que este es un factor clave para el éxito del sistema educativo en nuestro país. La relevancia de este estudio radica en que proporciona al docente una reflexión sobre su práctica pedagógica, permitiendo evaluar cómo se ha preparado profesionalmente y cómo ha conducido el proceso de enseñanza-aprendizaje. Por lo tanto, se busca mediante este estudio reforzar la necesidad de que los profesores, especialmente los de los primeros años, cuenten con formación continua que les asista en el desarrollo de su práctica pedagógica. Se concluye que la formación continua permite al educador adquirir conocimientos específicos para su carrera, transformándolo en un profesional mejor capacitado y, en consecuencia, más preparado para el mercado laboral, apto para atender las diversas exigencias que la sociedad impone, recordando que tales exigencias son cambiantes, dado que evolucionan con el tiempo, exigiendo del educador una constante actualización.

**Palabras Clave:** Educación Primaria. Primeros años. Lectura. Lenguaje.

## Introdução

Este artigo aborda a necessidade da formação continuada de professores nos anos iniciais, considerando-se ser este um importante fator para o sucesso do quadro educacional do país, diante da constatação das angústias de muitos professores que não tem resposta para o fracasso escolar no que se refere à alfabetização na idade certa.

Relata-se que temos presenciado nas últimas décadas que a educação é o caminho certo para o desenvolvimento da sociedade, para tanto a formação de professores é ponto crucial para o desenvolvimento de um trabalho docente eficaz na construção de cidadãos críticos, conscientes e ativos, lembrando que o MEC já vem disponibilizando cursos de formação continuada para os professores há mais de 15 anos. Deste modo, este estudo pretende reforçar a necessidade de tais professores estarem inseridos nestes programas e manter a formação continuada nas próprias escolas, haja vista que estes estudiosos auxiliam na reflexão e mudança de sua prática pedagógica, proporcionando valiosos momentos de reestruturação sobre o cotidiano escolar.

Embasados em tal concepção, a formação continuada permite ao educador adquirir conhecimentos que são peculiares à sua carreira, transformando-o em profissionais com melhor capacitação e conseqüentemente mais bem preparado para o mercado de trabalho, estando apto a atender as diversas exigências que a sociedade tem imposto, lembrando que tais exigências são mutáveis, uma vez que, modificam no decorrer dos tempos, exigindo do educador constante atualização.

Sabendo-se da necessidade do professor estar comprometido com as transformações da sociedade e para tanto, deve estar preparado e capacitado, lembrando que tal capacitação é adquirida ao longo de sua trajetória por meio de formação continuada. Assim sendo, pontua-se que a importância desse estudo consiste no fato dele proporcionar ao professor uma reflexão sobre sua prática docente, a forma como tem se preparado profissionalmente e conduzido o processo ensino-aprendizagem. Espera-se então que este trabalho desperte em outros estudiosos a importância de estarem realizando diversos estudos a partir dos pontos refletidos feitas neste a qual demonstre a formação continuada como algo essencial para a realização de uma boa prática pedagógica.

## Retrospectiva da formação continuada

Ao realizar uma retrospectiva sobre a formação continuada, ressalta-se que alguns problemas do ensino no Brasil exibem características que interferem diretamente na forma como os professores têm atuado em sala de aula. No entanto, acredita-se que o professor merece um maior destaque, haja vista a importância que este profissional tem enquanto formador de opiniões, lembrando que não existe ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem tão pouco inovação pedagógica, se não houver uma adequada formação de professores, seja ela inicial ou continuada.

Diante disso, revela-se que a preocupação em criar um órgão que fosse responsável pela educação no Brasil é recente e ocorreu com a ascensão de Getúlio Vargas, em 1930, quando foi fundado o Ministério da Educação e Saúde, no qual a União assumiu o planejamento e o controle do ensino nacional. Alguns anos depois, criou-se o INEP que é o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, regulamentado por meio do decreto-lei 580 em 30 de julho de 1938, que se denominou como um órgão central técnico cuja finalidade era estudar as questões concernentes à educação, bem como as suas problemáticas.

O INEP possuía várias atividades que eram de sua competência e dentre elas, estavam à assistência e cooperação técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação. Assim, uma das modalidades dessa assistência e cooperação consistia em ofertar cursos de orientação técnica, de especialização e de aperfeiçoamento para professores. De acordo com Andalo, (1995, p.19) tal organização era “responsabilidade de professores e diretores comissionados pelos Estados e Territórios ou por países estrangeiros”.

No mês de julho de 1944, foi distribuído o primeiro número da revista editada pelo INEP, ficando conhecida como a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, que retratava as posições do Ministério da Educação acerca da formação continuada. A partir de 1953, o INEP começou um planejamento e organização de um centro nacional de aperfeiçoamento e através do decreto 38.460, de 28 de dezembro de 1955, foi constituído o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais no estado do Rio de Janeiro e mais cinco centros regionais sendo eles em São Paulo, Belo Horizonte, Bahia, Recife e Porto Alegre. Estes centros deveriam começar suas atividades normais de funcionamento em 1956, cuja função era absorver as atividades de

estudos e documentação do INEP e suas respectivas campanhas, além de oferecer assistência técnica correspondente aos programas de aperfeiçoamento do magistério, sendo então o aperfeiçoamento de competências docentes um dos seus objetivos, visando assim contribuir com a melhoria na qualidade do trabalho do professor.

A partir de 1960, algumas Secretarias de Educação dão início a um processo de preocupação com a questão da formação continuada e assim, começam a organizar cursos de aperfeiçoamento profissional tendo como público-alvo os professores, onde estes cursos tinham como objetivo buscar uma melhoria na qualidade do ensino transmitido pelas escolas.

No início de 1970, instaurou-se a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus e a consequente reforma das Secretarias de Educação, as quais iniciam à promoção de diversas ações de treinamento e capacitação profissional. Contudo, ressalta-se que todo esse processo de aperfeiçoamento do profissional da educação estava diretamente ligado ao processo de implantação da Lei 5692/71, a qual se deu através de uma intensa legislação federal e de numerosos pareceres, cujos conteúdos precisavam ser de conhecimento dos professores. Assim, diante de tais mudanças e paralelamente a todo esse processo, a escola se depara em seu interior com uma divisão pormenorizada do trabalho, pois foram surgindo no espaço escolar alguns especialistas que se transformaram nas pessoas responsáveis por planejarem e por sua vez, os professores eram os responsáveis em executar tais planos, começando, portanto, a ocorrer mudanças organizacionais no cotidiano escolar.

É interessante expor que naquele período eram utilizadas palavras como treinamento, capacitação e reciclagem, sendo que tais programas tornaram-se motivo de críticas, uma vez que, eles eram considerados fora da realidade dos professores e não expressavam os dilemas que ocorriam cotidiano de seu trabalho.

Ressalta-se ainda que, devido à proposta de universalização do ensino de 1.º grau no qual proporcionou para a maioria da população o acesso à escola agravou ainda mais o problema da questão da formação de professores, pois os professores não estavam preparados e não sabiam como receber alunos provenientes das camadas mais pobres e principalmente que necessitam muito da orientação da escola como forma de garantir que seu papel como cidadão fosse respeitado.

Assim, criou-se e executou-se muitas propostas que tinham como objetivo o aperfeiçoamento e a formação de profissionais de educação, sendo que o órgão

responsável por manter estes programas advinham de recursos dos governos federais e estaduais. Contudo, é importante expor que naquela época já havia muitas críticas relacionadas aos programas, no entanto, o que se pode notar é que mesmo diante de tais críticas, a realização deles contribuiu para evidenciar aos docentes que essas discussões eram importantes para apontar novos rumos para a educação a nível de Brasil.

Mesmo diante de todos esses debates que se referia a formação inicial e continuada, acrescenta-se que esta chegou na década de 90 através da criação da Lei 9394/96, no título VI, artigos 61 a 67 destacando que:

A formação dos profissionais da educação está definida em três campos de formação no âmbito do magistério: a inicial, para formação de professores para a educação básica; a pedagógica, destinada aos portadores de diploma de ensino superior que queiram atuar na educação básica; e a contínua, que deve ser oferecida aos profissionais da educação dos diversos níveis de ensino.

Analisando estes artigos da LDB, percebe-se que ela compreende a formação dos profissionais da educação em três campos: a inicial, pedagógica e continuada, ficando evidente que esses três níveis de formação são muito importantes para que o educador desenvolva seu trabalho de forma significativa.

Neste contexto, pontua-se que no que se refere o papel da formação em serviço, a LDB 9394/96 no artigo 61, parágrafo único expõe que “A formação de profissionais da educação [...] terá como fundamentos: a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço”, sem definir princípios e procedimentos para que os Estados e Municípios organizem os processos de formação contínua, ficando assim evidente a necessidade de tal formação estar dentro da realidade do professor, fazendo um elo entre teoria e prática.

Expõe-se que no artigo 67, inciso II, a Lei deixa nítido que é responsabilidade dos sistemas de ensino valorizar os profissionais da educação, de forma que venha assegurar em seus planos de carreira o aperfeiçoamento profissional continuado e segundo o artigo 87, parágrafo 3.º, inciso III, evidencia-se que aos municípios caberão à responsabilidade desta formação em serviço que é a formação continuada.

Observando a trajetória ora vivenciada pelas propostas de formação continuada, pode-se dizer que a capacitação docente nos dias atuais é originária de condições externa à escola, haja vista que esta formação vem sendo propiciada pelo

Ministério da Educação, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, ou seja, pelos órgãos de controle. Todavia, vale lembrar que é papel da escola tomar decisões juntamente com todos os seus profissionais buscando formas que visem à melhoria da formação de seus professores, lembrando que é importante que a decisão maior seja tomada pelo próprio professor, por ser o mesmo o maior interessado no assunto.

Portanto, é essencial que a instituição de ensino proporcione condições básicas, com infraestrutura e incentivo à carreira, todavia, de acordo com a LDB 9394/96, art. 67, inciso II o responsável pela formação parece ser o sistema de ensino, sendo que os mesmos terão a incumbência de promover o “aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”. Logo, verifica-se que não basta à escola salientar que a questão da formação é importante e nem tão pouco o professor desejar participar, sendo necessário principalmente que as regras definidas pelo sistema é que permitirão a inserção de um professor em cursos ou processos de formação, os quais são tão primordiais em sua jornada educacional.

### **A formação continuada na atualidade**

Percebe-se que as formações continuadas na atualidade devem levar em consideração as diversas ideias e conhecimentos que são adquiridos ao longo da carreira acadêmica e também da prática e experiência que o professor possui em sua jornada de sala de aula. Diante de tal consideração Tardif (2011, p. 286), elenca que:

Esse modelo comporta a implantação de novos dispositivos de formação profissional que proporcionam um vaivém constante entre a prática profissional e a formação teórica, entre a experiência concreta nas salas de aula e a pesquisa, entre os professores e os formadores universitários.

Analisando esta citação, percebe-se o quanto é importante que a formação continuada leve em consideração a realidade do docente, valorizando também as suas experiências que serão essenciais para a troca de conhecimentos entre professores e formadores.

Diante disso, verifica-se que o atual contexto de formação continuada tem como base o fato da necessidade que um educador possui em estar sempre se atualizando e adquirindo novos conhecimentos, os quais poderão advir de forma acadêmica ou da

prática em sala de aula, bem como a troca de experiências vivenciada no espaço educacional.

Neste sentido, ressalta-se que de acordo com Candau (1997, p. 56), as formações continuadas podem ser divididas em três eixos, sendo eles:

- ✓ Escola: como lócus da formação continuada, onde a prática docente seja reflexiva de modo a identificar e resolver os problemas que surgirem durante o processo de ensino- aprendizagem;
- ✓ Valorização do saber docente: onde são valorizados os conhecimentos que os docentes adquirem com a experiência;
- ✓ Ciclo de vida dos professores: os educadores sempre estarão em diferentes momentos do exercício docente.

Conforme a citação acima, observa-se que é interessante que os processos de formação continuada considerem estes três eixos, uma vez que, tanto a escola por ser o local onde a prática docente ocorre, quanto a valorização do saber docente que consiste na valorização dos conhecimentos dos mesmos, e ainda o ciclo de vida dos professores devido estes terem vivenciado diferentes momentos do exercício docente são importantes num processo de formação contínua, haja vista, ser essa uma forma de desenvolver tal formação conforme a realidade e necessidade dos próprios docentes.

De acordo com essa consideração, vale ressaltar que existe um postulado central que norteia as pesquisas referentes às formações continuadas nesses últimos 20 anos, e nesse postulado é exposto que os docentes possuem saberes específicos, que foram adquiridos durante suas experiências sejam elas adquiridas em cursos de formação ou durante sua prática de ensino como se nota na expressão de Tardif (2011, p. 228):

... um postulado central tem guiado as pesquisas sobre o conhecimento dos professores nos últimos vinte anos. Esse postulado é o seguinte: os professores de profissão possuem saberes específicos que são mobilizados, utilizados e produzidos por eles no âmbito de suas tarefas cotidianas.

Segundo Tardif é possível perceber que o conteúdo do postulado se refere principalmente ao fato dos professores que estão em pleno exercício possuírem saberes que são específicos, os quais são utilizados e produzidos por estes docentes no decorrer de sua jornada pedagógica.

Deste modo, cientes do grau de dificuldade dos desafios enfrentados pela a educação, o que se percebe é que tem sido exigido de seus profissionais uma busca

constante por meios que os auxiliem a superarem tais obstáculos e tal fato pode ser comprovado por Libâneo (1998, p.68), onde o autor pontua a necessidade da escola oferecer serviços e produtos de qualidade, “sendo essencial que estes supram as necessidades políticas e educacionais do aluno, deixando bem claro a responsabilidade do docente em garantir que tal fato ocorra na prática”. Ao refletir sobre o que Libâneo aborda é possível elencar que para a escola dar conta de seu papel, a mesma precisa contar com profissionais da educação os quais possuam competências políticas e formais, lembrando que o professor sempre é visto como o principal responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno.

Cabe aqui expor a fala de Montenegro (2008, p.07) quando a autora diz que “os professores são indicados como alternativa para solucionar os problemas educacionais, o que faz com que as instituições educacionais apostem neles.” Diante desta fala da autora, é possível compreender que a formação continuada acontecendo ou não no espaço escolar, oferece aos professores excelentes oportunidades de inovação, bem como adquirirem novos conhecimentos, os quais serão essenciais para favorecer uma educação que atenda às exigências de uma sociedade que está em constante mutação e que requer a todo momento professores atualizados e aptos a assumirem seu papel da melhor forma possível, atendendo assim os anseios e expectativas de seus alunos.

De acordo ainda com Montenegro (2008, p. 06) “a formação quando aplicada no espaço escolar facilita o processo de aprender, refletir e renovar a ação pedagógica em sala de aula”. Sendo assim, percebe-se que o universo da sala de aula requer do professor, alternativas distintas, onde as mesmas não podem ficar restritas a normas pré-estabelecidas, sendo essencial que estas estejam ligadas a todo o contexto de experiências e dinamicidade adquiridas no decorrer de sua vivência e prática de ensino.

Segundo esta ótica, as formações continuadas precisam seguir um critério de planejamento de forma que possa atender as necessidades dos professores, auxiliando-os a realizarem uma reflexão sobre suas estratégias em sala de aula frente às inúmeras dificuldades que estão presentes no espaço escolar, realizando assim uma prática reflexiva e inovadora que possibilite aos seus alunos se desempenharem de uma forma melhor.

Neste contexto, revela-se que para Freitas (2008, p. 44): “A formação continuada transforma-se em recurso estratégico para que as “inovações” sejam materializadas nas salas de aula”. Assim, de acordo com este autor, a dinâmica da formação continuada deve ser encarada como um recurso estratégico no qual as inovações se materializam no cotidiano da sala de aula, sendo este um caminho para a reapropriação da experiência adquirida, com o intuito de adequá-la as situações novas vivenciadas pelos docentes no contexto atual.

A formação do professor não pode ser encarada apenas no campo profissional, mas como um todo, onde o ser deve ser valorizado em suas diferenças. Acrescenta-se então que o processo de formação não pode ocorrer somente por meio de programas, projetos, dentre outros, mas ao longo da vida e especialmente no espaço escolar em parceria com outros educadores e alunos, onde a troca de experiências tem repercussão importante na agregação de conhecimentos.

Sendo assim, a formação continuada precisa estar pautada na constante reflexão do docente sobre sua prática, visto que, para Freitas (2008, p. 76) “o trabalho formativo precisa incluir tanto o domínio teórico do conhecimento profissional quanto à capacidade de saber mobilizá-lo em situações concretas”. Desse modo, revela-se que essa reflexão acerca da prática pedagógica deve acontecer desde a formação inicial do docente até o fim de sua carreira, como pontua Paiva (2003, p.47):

... a partir da formação inicial que proporciona uma base prévia ao exercício da atividade docente, a formação pessoal e profissional do professor prossegue ao longo de sua carreira. Esta formação continuada coloca em destaque a preparação do professor no exercício de sua prática como ator que reflete sobre as ações que realiza em seu cotidiano.

Conforme esta citação fica explícito que a necessidade de a formação continuada estar presente ao longo da vida do docente, uma vez que a mesma auxilia o professor no processo de preparação do exercício de sua prática, proporcionando ao mesmo refletir sobre as inúmeras ações desenvolvidas em seu cotidiano.

Mediante isso, ressalta-se que a educação é um processo dual de conhecimento, que está relacionada diretamente entre a técnica e a prática, e, portanto, cabe a formação docente assegurar que ambos se interliguem de forma que venham garantir uma prática educativa, inovadora e eficaz, o que resultará num processo educativo de qualidade, sendo capaz de atender as necessidades de um público que se encontra cada vez mais exigente, dinâmico e participativo.

Perante tal fato, fica evidente que são inúmeros os desafios encontrados pelo professor, e para que este conduza o processo de educar de forma responsável e consciente, faz-se necessário a constante reflexão sobre sua prática docente, onde a mesma deve ser concebida de forma coletiva, de modo que possibilite transformar e compreender a prática no exercício da autonomia no processo educativo. Embasado nisso, Silva (2010, p. 93) pontua:

Nessa direção, vale ressaltar que um dos desafios ainda atuais tem sido o de superar o uso da reflexão como prática exclusivamente individual e restrita à própria prática. Isso porque se supõe que a reflexão na prática profissional poderá oportunizar ao professor a tomada de consciência dos sentidos de sua profissão e a resignificação da sua prática, levando-o a refletir sobre sua cultura, suas experiências pessoais e profissionais, o que lhe possibilitará o exercício da autonomia.

Mediante tal fato, verifica-se que o progresso da autonomia e dos conhecimentos alcançados no trabalho pedagógico deve-se a mudanças no estilo de atuação e reflexão dos docentes, pois, sendo essencial para que exista uma boa qualidade no ensino, mostrando-se primordial que todos os atores envolvidos no processo educativo tenham compromisso com o mesmo. Desta forma, devido à escola ser a instituição diretamente responsável pelo processo educativo é papel da mesma determinar limites e possibilidades para o educador e o educando.

Neste prisma, acredita-se que as formações continuadas são necessárias, pois mesmo com os docentes tendo uma formação inicial, sendo ela de qualidade ou não, é essencial terem um suporte que os auxiliem e os instiguem a estarem sempre em constante aprendizado, uma vez que isto interfere diretamente em sua prática de sala de aula. Para tanto, mostra-se indispensável que os órgãos responsáveis pelas formações continuadas sejam capazes de mobilizar os educadores a repensar suas práticas dentro do âmbito escolar. Diante de tal fato, esses programas de formações continuadas precisam ser pensados tendo em vista estimular o trabalho do educador, haja vista que o mesmo não pode ser apenas o transmissor de conhecimentos, considerando a necessidade do professor ser competente, criativo e inovador em sua prática pedagógica, lembrando que sobre isso DEMO (1995, p.27), diz que esse profissional quando atualiza-se representa a condição mais crucial da qualidade educativa, mostrando então a importância do professor estar sempre atualizado.

Expõe-se que para Candau (1997, p.97):

Nos últimos anos tem sido muito enfatizado que a escola é o lócus ideal para a formação do professor, pois dessa forma se consegue que os professores possam refletir mais seriamente sobre suas práticas em sala de aula. Sabe-se que o professor deve em sua prática de ensino utilizar sua capacidade de deliberação e reflexão a fim de solucionar problemas que surgirem durante sua prática, pois nem sempre as regras que foram previamente definidas são capazes de solucioná-los.

Nesse sentido, ressalta-se a importância do papel que a escola precisa desempenhar, pois ao se falar em educação de qualidade, percebe-se que o ensino transmitido pela a escola deve ser focado em uma educação que valorize a questão da cidadania e para que isso aconteça é essencial que mesmo com uma boa formação inicial, os professores tenham acesso a formações continuadas e isso não pode acontecer apenas fora do espaço escolar, sendo primordial que tais formações ocorram em seu ambiente de trabalho, considerando-se que é neste contexto que se dá a constituição do sujeito, conforme suas necessidades e expectativas.

Diante disso, acredita-se então que a formação continuada precisa abarcar diversas realidades que estão no dia a dia do contexto educacional, e por ter tal caráter, não deve, assim, ser pré-definidos os conteúdos e técnicas, uma vez que caberá ao docente a mediar à obtenção de novos conhecimentos por parte dos discentes, através de sua prática, sem, contudo, ignorar os conhecimentos e experiências que tais alunos já possuem. Nesta ótica, cita-se Libâneo (1998, p. 29) que diz:

o professor medeia a relação ativa do aluno com a matéria, inclusive com os conteúdos próprios de sua disciplina, mas considerando os conhecimentos, a experiência e os significados que os alunos trazem à sala de aula, seu potencial cognitivo, suas capacidades e interesses, seus procedimentos de pensar e seu modo de trabalhar.

Percebe-se então que os docentes necessitam estar constantemente adquirindo novos conhecimentos, os quais irão possibilitar mudanças em sua prática, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, resultando assim em uma educação de qualidade que proporcione aos educandos o seu desempenho e compreensão de forma satisfatória. Sendo assim, a escola enquanto espaço cuja responsabilidade é contribuir com a formação do indivíduo mostra-se como um local de grande importância, sendo que nela é essencial que proporcione o exercício da autonomia partilhada e organizada, tendo em vista as necessidades dos professores com o intuito de melhorar tanto o desenvolvimento do profissional quanto a atuação do educador e para tanto, acredita-se que a formação continuada apresenta-se como

excelente parceira nesse processo, devendo fazer parte e estando atrelada a este universo, contribuindo assim para o seu crescimento e auxiliando-o em sua prática pedagógica.

### **Políticas e estratégias de aperfeiçoamento da prática pedagógica nos anos iniciais**

Sabendo-se dos inúmeros problemas relacionados à questão da alfabetização, principalmente no que se refere ao fracasso escolar dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino, o que ocasiona um alto índice de evasão e repetência escolar, tendo como um dos principais motivos à falta de qualificação e formação dos professores alfabetizadores, os quais utilizavam metodologias que não correspondiam muitas vezes às necessidades dos alunos, ocasionando assim uma distorção em relação à idade/série influenciando diretamente no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Diante das inúmeras problemáticas apontadas acima, é interessante expor que para enfrentar tais problemáticas o Ministério da Educação acreditando que uma das formas de minimizar tais problemas é através de uma boa política de formação inicial e continuada dos professores, elaborou o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica. Deste modo, com este plano o Ministério da Educação espera atender à demanda de professores que necessitam de formação inicial e continuada que estão atuando nas redes públicas de educação básica, no qual as ações do Plano são definidas conforme Acordos de Cooperação Técnica específica realizada pelo MEC, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior às conhecidas Capes, e as Secretarias de Educação dos estados, cujo objetivo é alcançar a cooperação técnico-operacional entre as referidas partes.

Sendo assim, é interessante expor que os atendimentos às necessidades de formação inicial e continuada dos professores são oferecidos por instituições públicas de educação superior, os chamados IPES e secretarias de educação dos estados feitas por meio de ampliação das matrículas oferecidas pelas IPES (Instituições Públicas de Educação Superior) em cursos de licenciatura e de pedagogia, as quais são estimuladas em caráter preferencial a destinação emergencial de vagas para

professores que estão atuando na rede pública de educação básica, e do fomento às IPES para apoio à oferta dos cursos.

Por sua vez, tratando-se dos repasses, os mesmos são realizados através da Capes e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de bolsas de estudo, bolsas de pesquisas, recursos para custeio das despesas assumidas pelas IPES participantes do Plano, concessão de apoio técnico e/ou financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios com o intuito de garantir o funcionamento dos polos de apoio presencial do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, e bolsas de iniciação à docência do Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência direcionada aos professores da educação básica que estão matriculados nos cursos de licenciatura oferecidos, tudo isso objetivando garantir a formação dos docentes da rede pública e garantindo um ensino público de qualidade.

Expõe-se ainda que por meio deste plano foi implantado a Plataforma Freire, cuja responsabilidade é aglomerar informações e gerenciar a participação nos cursos de formação inicial e continuada voltados a profissionais do magistério das redes públicas da educação básica participantes do Plano Nacional de Formação de Professores. Diante de tal fato, a Constituição Brasileira (art.214 e art.212, parágrafo 3º) e também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação – PNE, tornou-se o foco das atenções das organizações ligadas à educação, na perspectiva da defesa da concepção de formação de recursos humanos para a educação como uma formação que deveria se dar a serviço da sociedade e como forma de emancipação política e social.

Neste contexto, relata-se que conforme a Lei n.º 9394/96, o Plano Nacional da Educação do governo tem por intuito incentivar a formação de professores nos Cursos Normais Superiores, mostrando-se em mais um instrumento capaz de fortalecer e estimular as mudanças já delineadas pelas políticas educacionais.

Neste sentido, o artigo 62 da LDB expõe que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Analisando este artigo da LDB, verifica-se que segundo as exigências para a formação de professores, da própria LDB, só serão admitidos professores habilitados

em nível superior, ficando explícito assim a necessidade dos professores buscarem sua formação e se adequarem as normas impostas pela a Lei.

Observando as exigências impostas, é necessário pontuar que o objetivo de tais exigências é que o Brasil chegue perto dos indicadores de qualidade de países desenvolvidos, sendo que para isso, é fundamental resolver o problema dos professores leigos, que estão atuando em sala de aula sem estarem legalmente habilitados. Segundo o Ministério da Educação, todo o aparato legal que vem sendo produzido no campo da formação de professores, volta-se, integralmente, para a superação de uma formação insuficiente, cujos resultados, a grosso modo, têm sido observado no desempenho de seus egressos.

Perante tal fato, pontua-se que o plano prevê a formação inicial para professores que ainda não têm formação superior, chamada como primeira licenciatura, professores já formados, mas que lecionam em área diferente daquela em que se formaram que é a segunda licenciatura, e bacharéis sem licenciatura, que necessitam de estudos complementares que os habilitem ao exercício do magistério.

Abordando sobre programas de formação continuadas direcionadas ao Ciclo de Alfabetização, relata-se que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa teve sua implantação em 2013 em praticamente todos os municípios brasileiros que aderiram ao programa, oferecido governo federal, cujo objetivo era de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos dos anos iniciais, na área de alfabetização. Buscando o alcance de tal objetivo, o PNAIC (Pacto Nacional de Alfabetização da Idade Certa) prevê ações articuladas de formação continuada, utilização de recursos pedagógicos, avaliação e mobilização social da comunidade. No entanto, não poderíamos deixar de citar que a implementação do programa encontra problemas de ordem estruturais e até relacionadas à prática pedagógica do professor, principalmente, no que se refere à concepção que possuem acerca da alfabetização.

Quanto à questão da formação continuada para os docentes dos anos iniciais, mais especificamente de 1º ao 3º ano, os mesmos são inseridos no curso presencial de 2 anos para os Professores alfabetizadores, que possui carga horária de 120 horas anual, baseado no Programa Pró-Letramento, no qual a metodologia propõe estudos e atividades práticas, sendo que os encontros com os Professores alfabetizadores são dirigidos por Orientadores de Estudo.

Percebe-se então que no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa são desenvolvidas ações que visam contribuir para o debate acerca dos direitos de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização, para os processos de avaliação e acompanhamento da aprendizagem das crianças, para o planejamento e avaliação das situações didáticas, para o conhecimento e uso dos materiais distribuídos pelo Ministério da Educação, voltados para a melhoria da qualidade do ensino no ciclo de alfabetização. Conforme orientação do Pacto a formação de professores está diretamente ligada às questões do conhecimento, do currículo, das mudanças culturais e das novas tecnologias, no qual o desenvolvimento de uma cultura de formação continuada pode ocorrer tanto na escola ou em rede, e para isso depende de diversos fatores, podendo eles ser voltados aos compromissos institucionais e individuais.

No que se refere ao compromisso institucional, este pode ser considerado como o compromisso do Governo Federal e das secretarias de educação, os quais consistem especialmente na necessidade de promover espaços, situações e materiais adequados aos momentos de trabalho e reflexão, uma vez que entende que a formação continuada não é um treinamento no qual se ensinam técnicas gerais a serem repetidas. Todavia, encara os professores como sujeitos inventivos e produtivos, considerando não como meros repetidores em suas salas de aula daquilo que lhes foi aplicado na formação como uma forma de orientar a sua nova prática. Assim sendo, considera-se que através de diferentes estratégias que visem à formação de professores, os mesmos se sentirão instigados a refletir sobre novas possibilidades que poderão auxiliar no seu trabalho e conseqüentemente melhorar o processo ensino-aprendizagem.

### **Considerações Finais**

Conforme dados deste estudo fica evidente que o trabalho do professor é um desafio permanente e de grande complexidade, devendo por isso o educador ter uma educação inicial sólida e formação continuada que complemente e atualize de forma permanente o profissional, não significando, contudo, que a formação continuada se construa tão somente por meio da acumulação de cursos, devendo comportar uma relação essencial e estreita com a prática no cotidiano da escola.

Desta forma, a formação continuada apresenta-se como um fator essencial para uma constante ressignificação da prática pedagógica, não anulando a importância da formação inicial, que deve servir de base para o desenvolvimento da vida profissional, profissional este que deve dominar uma série de saberes que o torna competente no exercício da docência. Assim, as novas concepções de formação continuada dão ao professor uma visão maior do papel de sua profissão na sociedade, eliminando a ideia equivocada de que todos podem exercer a profissão de educador e particularmente de alfabetizador, já que esta se apresenta de forma complexa.

Portanto, é possível finalizar este estudo expondo que a formação continuada é uma necessidade para o docente, e sendo, um direito ou dever, os mesmos devem ser oportunizados a desenvolvê-los e, para tanto, cabe ao município buscar parcerias a fim de promover tal formação.

### Referências Bibliográficas

- ANDALO I. **Formação contínua como instrumento de profissionalização docente.** In: Veiga, I.P.A. 1995.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Brasília, DF: MEC/CNE, 2001.
- BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais para a formação de professores.** Brasília, DF: MEC/SEF, 1999.
- CANAU, V. M. F. **Formação continuada de professores: tendências atuais.** In: REALI, A. M. de M.; MIZUKAMI, M da G. N. (Orgs.). Formação de professores: práticas pedagógicas e escolas. São Carlos: EdUSFCar, 1997. p. 139-152.
- DEMO, P. Educar pela pesquisa. São Paulo: Autores Associados, 1995. Educação & Sociedade. Dossiê: **Os saberes docentes e sua formação.** Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas: CEDES, 2001, nº 74.
- FREITAS, Helena Costa Lopes. **A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada.** Educação & Sociedade. Campinas, v. 28, n. 100 – Especial-2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302007000300026&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300026&lang=pt). Acesso em: 02 abril 2025.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?: Novas exigências educacionais e profissão docente.** São Paulo: Cortez, 1998. Coleção Questões da Nossa Época.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretária da Educação Fundamental. 3ª ED. Brasília, 2001.

MONTENEGRO, Sandra. **As políticas públicas de formação de professores no Brasil e suas repercussões na prática pedagógica docente**. Congresso Internacional de Educação. Barcelona: 2008.

PAIVA, Edil V. de. **A formação do professor crítico-reflexivo**. In Paiva, E. V. de (Org). Pesquisando a formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, João Paulo Souza; **Relação Professor/Aluno no Processo de Ensino e Aprendizagem**. Revista Espaço Acadêmico, v. 52, setembro 2010.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUSA, Maria Goreti da Silva. **A formação continuada e suas contribuições para a profissionalização de professores dos anos iniciais do ensino fundamental de Teresina- Pi: revelações a partir de histórias de vida**. 2008, 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação -UFPI).

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.